



10179517



08011.000025/2019-12



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Divisão de Projetos e Processos - DPP

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – MJSP
COMISSÃO TÉCNICA DO COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA– CT-CGE
8ª REUNIÃO

| | | |
|----------------------|---|----------------|
| Data: | 21/10/2019 | |
| Local: | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Ed. Sede, 3º andar, Sala 304 | |
| Participantes | Nome | Unidade |
| 1 | Alfredo José de Sousa Junqueira | PF |
| 2 | Camilla R. Marques | SEOPI |
| 3 | Christiane Maranhão de Oliveira | SPO/SE |
| 4 | Claudio Antonio de Almeida Py | AECI |
| 5 | Diego Mantovaneli do Monte | DEPEN |
| 6 | Fábia Oliveira Martins | AN |
| 7 | Gabriel Mendes dos Santos | CGGE/SPO/SE |
| 8 | Glauberto Antonio Alvez | CGOF/SPO/SE |
| 9 | Hugo Torres do Val | SENAD |
| 10 | Ivan Gomes Bonifácio | SENAJUS |
| 11 | José Camilo da Silva | SEOPI |
| 12 | Lucas Alexsandro Rodrigues | CGGE/SPO/SE |
| 13 | Luis Claudio Laviano | SENASP |
| 14 | Mariana Rodrigues Carrijo | AN |
| 15 | Paulo Henrique G. da Silva | SENAJUS |

| | | |
|----|----------------------------|-------------|
| 16 | Priscilla Oliveira | SENASP |
| 17 | Rafael Henrique Cerqueira | CGGE/SPO/SE |
| 18 | Robson Polito | CGGE/SPO/SE |
| 19 | Sandra Neto | SEOPI |
| 20 | Silvia Cristina Tida Silva | SENAJUS |
| 21 | Suellen Carol Moreno | SENAJUS |
| 22 | Vinicius Deprá | SEOPI |
| 23 | Wanessa Oliveira | CADE |
| 24 | Larissa Costa | AN |
| 25 | Fabiano Nogueira Brandão | CGGE/SPO/SE |

| | |
|--------------|--|
| Pauta | <ol style="list-style-type: none"> 1. Abertura - melhoria nos questionários; 2. Apresentações; 3. Considerações Finais; 4. Modelo de Declaração de Alinhamento com Política Pública; 5. Relatório Trimestral; e 6. Informe PE, Encaminhamentos e encerramento. |
|--------------|--|

DELIBERAÇÕES

A Sra. Christiane Maranhão, Subsecretária de Planejamento e Orçamento - SPO e coordenadora da Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica - CT-CGE, abriu a 8ª reunião da CT-CGE agradecendo a presença dos participantes e dando início aos trabalhos da Comissão. A Sra. Christiane ainda parabenizou o trabalho realizado pelos membros da CT-CGE ao longo das oficinas de detalhamento de políticas públicas, realizadas nos dias 16, 17 e 18 de setembro de 2019.

A primeira pauta discutida foram as melhorias realizadas nos formulários de detalhamento de políticas públicas com base nas oficinas que aconteceram na 7ª reunião da CT-CGE (ata SEI nº 9894709). A primeira alteração foi em relação à Árvore de Causalidades, que foi transformada em formato de tabela. Em seguida foi apresentada a alteração feita na parte do questionário sobre desenho de políticas, onde foi acrescentada a tabela de análise SWOT, com a finalidade de facilitar a elaboração e análise do conteúdo. O item alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi alocado ao questionário de impacto orçamentário, onde também há o alinhamento com os demais instrumentos de planejamento. No questionário de “Desenho da Política”, o item de impacto ao meio ambiente ficou limitado ao sentido estrito de ecologia: impactos na fauna e na flora e uso sustentável de recursos naturais. Ainda sobre os ODS, a Sra. Christiane informou que será incluído no campo de ajuda do respectivo questionário uma lista com os ODS para facilitar o preenchimento. Foi padronizada a tabela de Matriz de Responsabilidade com a tarefa e o órgão responsável e também foi adotada uma padronização para o modelo lógico, com os campos insumos, processos, produtos, resultados e impactos. O Sr. Rafael Cerqueira, servidor lotado na Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional – CGGE, pediu a palavra e informou aos presentes sobre o significado de cada item do “Modelo Lógico”.

O Sr. Rafael informou que foram realizadas alterações nos questionários, adicionando os campos trazidos pelo relatório trimestral em relação aos instrumentos. A informação foi organizada para trazer os itens: tipo de instrumento, parceiro, situação, objeto e emenda parlamentar.

O item “plano de comunicação” foi atualizado. Deixou-se explícito a necessidade de tratar tanto da comunicação interna, no sentido dos meios de comunicação entre os atores, como da comunicação externa, no sentido de marketing e publicidade para a sociedade.

Foi sugerido pelo Sr. Hugo do Val que as informações da Lei Orçamentária Anual - LOA incluíssem a previsão orçamentária para este exercício e para os dois seguintes.

Foi apresentada melhoria no formato de organização da informação do Plano Plurianual - PPA, de forma a explicitar o programa, o objetivo e a meta.

O alinhamento com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – ENDES (12 anos) também foi alocado no questionário 5, onde há o alinhamento com os demais instrumentos de planejamento.

Além disso, o item “Monitoramento e Indicadores”, no questionário número 7, teve a sua organização atualizada, de forma a explicitar, em relação aos indicadores, a fórmula de cálculo, a polaridade, a fonte de coleta e a periodicidade da coleta.

Ainda sobre o questionário número 7, de “Monitoramento, Avaliação e Controle”, em relação ao item de Gestão de Riscos, o Sr. Claudio Py, Assessor Especial de Controle Interno – AECl, recomendou que a CT-CGE passasse a utilizar os formulários elaborados pela AECl (planilha Excel), alinhados com a política de Gestão de Riscos e Controles Internos. Foi acordado que na próxima reunião da CT-CGE será apresentado um formulário simplificado de riscos, mesclando a proposta da AECl e da SPO, para validação por parte dos membros da Comissão.

A segunda pauta da reunião tratou das apresentações dos grupos liderados pelo Arquivo Nacional - AN, pela Secretaria de Operações Integradas - SEOPI e a pela Secretaria Nacional de Justiça - SENAJUS sobre o detalhamento das políticas públicas realizado nas oficinas dos dias 16, 17 e 18/09, equivalentes à 7ª reunião da CT-CGE. As apresentações foram realizadas por representantes das unidades citadas anteriormente, em que foram destacados os principais formulários detalhados e os resultados obtidos.

As políticas detalhadas e apresentadas foram:

1. Política Arquivística do Poder Executivo Federal, Eixo Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA), Eixo Preservação do Acervo Arquivístico, e Eixo Difusão e Acesso ao Acervo Arquivístico, do Arquivo Nacional;
2. Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia, Eixo Migração Laboral, da SENAJUS; e
3. Política de Integração Operacional, Eixo Fortalecimento dos Órgãos de Segurança Pública no Combate ao Crime Organizado na Faixa de Fronteira, da SEOPI.

A Sra. Christiane Maranhão parabenizou as apresentações e informou que será marcada uma sessão para fazer um balanço e uma avaliação sobre as dificuldades encontradas na implementação dos formulários. Além disso, a Sra. Christiane Maranhão informou que as unidades podem apresentar sugestões ao Comitê Interministerial de Governança - CIG ou para a Casa Civil sobre boas práticas que possam ser disseminadas no âmbito do Poder Executivo Federal. O Sr. Diego Mantovaneli do Monte, representante do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, questionou como estão sendo acompanhados os projetos prioritários da Casa Civil. A Sra. Christiane informou que já existe a lista de projetos prioritários e que irá circular um *e-mail* (10174327) com o *link* da lista de projetos e o número do *WhatsApp* para acompanhamento dos projetos, assim que for concedido acesso ao público.

A Sra. Christiane informou aos presentes a respeito da pesquisa enviada ao MJSP pela Casa Civil sobre o Sistema de Governança do MJSP. Tal pesquisa foi enviada para os demais Ministérios e atende à recomendação emanada pelo CIG. Ademais, informou que farão parte da resposta as principais iniciativas vinculadas ao trabalho realizado pela CT – CGE, como: a criação da comissão técnica, relatório trimestral de monitoramento de políticas públicas, fichas de detalhamento de políticas públicas, dentre outros.

Sobre a atualização da Carteira de Políticas Públicas, a Sra. Christiane comunicou que a sugestão de alteração da Carteira por parte da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP foi acatada e que a Carteira será alterada somente no mês de dezembro, por meio de portaria da SPO. Sendo

assim, caso alguma unidade tenha interesse em propor alteração na Carteira, a mesma deverá ser formalizada à SPO até o dia 29/11/2019, que providenciará a publicação de portaria com o novo conteúdo da carteira de políticas públicas.

Sobre o modelo de “Declaração de Alinhamento com Política Pública”, que será utilizado para fazer o controle das transferências voluntárias, a Sra. Christiane frisou que a partir do próximo ano toda a celebração de instrumento de repasse deverá observar o modelo da declaração validado pela CT-CGE (SEI nº 9620689) nos moldes propostos por meio do Ofício Circular nº 26/2019/SPO/SE/MJ, de 13 de setembro de 2019 (SEI nº 9697495), e com a devida assinatura pelo ordenador de despesa. Por fim, informou que o modelo de declaração se encontra disponível no SEI, no botão incluir documento.

A respeito do relatório trimestral, a Sra. Christiane informou que cada unidade deverá escolher uma política para monitorar entre os meses de setembro e novembro, com a apresentação do relatório trimestral piloto no mês de dezembro, até o dia 02/12/2019, inclusive nos casos cujos dados trimestrais ainda estejam pendentes de fechamento e consolidação. Além disso, a Sra. Christiane informou que provavelmente o modelo de relatório será alteração em virtude de sua aplicação piloto no mês de dezembro.

O Sr. Ivan Gomes Bonifácio da Secretária Nacional de Justiça – SENAJUS indicou que terá dificuldade em apresentar o Relatório sobre a Política de Migração Laboral. O Sr. Rafael Cerqueira sugeriu, então, a escolha de uma política que já tenha indicador instituído e monitorado por parte da SENAJUS. A Sra. Christiane informou que fica a critério de cada unidade escolher qual a melhor política para aplicação do relatório. Ademais, a Sra. Christiane informou que o primeiro relatório trimestral não deverá ser apresentado ao Comitê de Governança Estratégica - CGE em 2019, sendo apenas passível de avaliação no âmbito da CT-CGE inicialmente. A partir de 2020 deverá ser apresentado um modelo de relatório ao CGE, conforme descrito na Portaria MJSP nº 86 de 30/01/2019.

Sobre o Planejamento Estratégico - PE, a Sra. Christiane informou que o mesmo encontra-se em processo de validação superior (Secretaria-Executiva – SE e o Gabinete do Ministro – GM) e informou que algumas unidades, ainda estão pendentes de envio de informações, como: SENACON não enviou algumas metas e indicadores; a SENASP e SENAJUS necessitam de ajustes pontuais e o DEPEN informou que fará a revisão de objetivos de projetos e redação das metas. Por fim, informou que haverá uma segunda reunião marcada com a SE e o GM para validar projetos estratégicos, e pediu a priorização dos temas relacionados ao PE a todos os presentes.

Por fim, o Sr. Rafael Cerqueira, servidor da CGGE, informou que irá encaminhar os questionários atualizados e a última versão do relatório trimestral para todos os membros da CT-CGE. A Sra. Fábيا Oliveira Martins, representante do Arquivo Nacional, parabenizou o trabalho realizado pela CT-CGE desde a sua criação. A Sra. Christiane agradeceu novamente a presença de todos e destacou novamente o empenho nas discussões feitas na oficina acreditando terem sido muito produtivas.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Mendes do Santos (Estágio), Estagiário(a)**, em 06/11/2019, às 15:05, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Robson Ferreira Polito, Coordenador(a) de Gestão Estratégica**, em 06/11/2019, às 15:05, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Alexandro Rodrigues Pinheiro (Estágio), Estagiário(a)**, em 06/11/2019, às 15:06, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL HENRIQUE CERQUEIRA, Analista de Planejamento e Orçamento**, em 06/11/2019, às 15:06, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **FABIANO NOGUEIRA BRANDAO, Chefe da Divisão de Planejamento, Processos e Apoio à Governança**, em 06/11/2019, às 15:32, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Rodrigues Carrijo, Usuário Externo**, em 06/11/2019, às 17:05, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Alfredo José de Souza Junqueira, Usuário Externo**, em 07/11/2019, às 10:27, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fábia Oliveira Martins de Souza, Usuário Externo**, em 07/11/2019, às 14:13, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Wanessa Queiroz de Souza Oliveira, Usuário Externo**, em 08/11/2019, às 12:10, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **CAMILLA RODRIGUES MARQUES, Coordenador(a) Administrativo(a) da DINT**, em 18/11/2019, às 15:35, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Larissa Candida Costa, Usuário Externo**, em 18/11/2019, às 18:11, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ CAMILO DA SILVA, Servidor(a) Mobilizado(a) da Secretaria de Operações Integradas**, em 19/11/2019, às 10:20, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Hilda Marsiaj Pinto, Secretário(a) Nacional de Justiça**, em 19/11/2019, às 18:51, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Benetti Timm, Secretário(a) Nacional do Consumidor**, em 21/11/2019, às 15:44, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **GLAUBERTO ANTONIO RODRIGUES ALVES, Coordenador(a) de Finanças**, em 21/11/2019, às 19:20, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ivan Gomes Bonifacio, Gerente de Projeto**, em 25/11/2019, às 17:17, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Suellen Carol da Costa Sousa Moreno, Chefe da Divisão de Projetos**, em 25/11/2019, às 17:19, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIS CLAUDIO LAVIANO, Coordenador(a) de Planejamento Estratégico e Avaliação**, em 04/12/2019, às 16:31, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.
